

ASSOCIAÇÃO BENEDITINA DA PROVIDÊNCIA
CNPJ 02.765.097/0001-59
Curitiba - PR
BALANÇO PATRIMONIAL (FINDOS EM 31/12/2022 E 31/12/2021)

		(Em Reais 1)				
ATIVO	Nota Explicativa	Educação Básica	Assistência Social	Mantenedora e Outras Atividades Associativas	2.022	2.021
ATIVO CIRCULANTE		13.028.892,36	2.021.869,39	12.690.281,51	27.741.043,26	22.151.207,92
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.	11.031.196,80	382.393,68	12.521.875,37	23.935.465,85	20.408.333,79
Caixa		53.049,30	19.013,04	16.408,51	88.470,85	101.455,03
Bancos c/Movimento c/Restrição		-	34.840,65	30.000,00	64.840,65	-
Bancos c/Movimento s/Restrição		82.046,78	17.264,24	2.834,48	102.145,50	677.630,94
Aplicações financeiras de liquidez imediata c/Restrição		325.383,06	212.616,22	184.038,50	722.037,78	277.074,32
Aplicações financeiras de liquidez imediata s/Restrição		10.570.717,66	98.659,53	12.288.593,88	22.957.971,07	19.352.173,50
RECEBÍVEIS DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS		1.997.695,56	1.639.475,71	152.479,77	3.789.651,04	1.728.189,28
Contas a receber de clientes	7.	1.608.305,14	-	-	1.608.305,14	1.586.633,47
Outros valores a receber	8.	1.293.419,96	1.642.610,71	152.479,77	3.088.510,44	1.115.832,01
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	3-c.	(904.029,54)	(3.135,00)	-	(907.164,54)	(974.276,20)
DESPESAS ANTECIPADAS		-	-	15.926,37	15.926,37	14.684,85
Despesas antecipadas	3-n	-	-	15.926,37	15.926,37	14.684,85
ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.222.347,64	1.317.903,84	90.246.104,61	95.786.356,09	97.745.113,09
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		41.384,02	4.708,16	75.259,04	121.351,22	98.078,41
Depósitos judiciais		24.225,00	3.450,00	5.500,00	33.175,00	28.625,00
Outros valores a receber	3-m	17.159,02	1.258,16	69.759,04	88.176,22	69.453,41
INVESTIMENTOS		-	-	6.412.800,00	6.412.800,00	8.764.800,00
Imóveis para renda		-	-	6.412.800,00	6.412.800,00	8.764.800,00
IMOBILIZADO	3-d.	4.157.929,93	1.312.292,95	83.754.782,40	89.225.005,28	88.852.613,56
Imóveis, Edificações, Instalações e Benfeitorias		-	-	88.252.218,13	88.252.218,13	88.219.734,58
Móveis e Utensílios		1.526.260,01	650.352,07	448.581,54	2.625.193,62	2.790.606,53
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos		1.808.598,10	606.250,88	206.973,05	2.621.822,03	2.947.327,28
Veículos		323.442,39	560.948,76	273.481,00	1.157.872,15	1.075.378,05
Outras imobilizações	3-d.	207.562,49	293.674,48	119.200,04	620.437,01	531.220,68
Construções em andamento		1.568.425,93	-	609.387,62	2.177.813,55	14.195,00
Instalações - com Restrição		14.890,00	-	-	14.890,00	16.789,00
(-) Depreciação acumulada - com Restrição		(6.843,64)	(69.761,38)	(933,67)	(77.538,69)	(53.111,68)
(-) Depreciação acumulada	3-d.	(1.284.405,35)	(729.171,86)	(6.154.125,31)	(8.167.702,52)	(6.689.525,88)
INTANGÍVEIS	3-e.	23.033,69	902,73	3.263,17	27.199,59	29.621,12
Direito de uso de softwares		91.216,47	10.880,00	17.830,79	119.927,26	121.098,61
(-) Amortizações Acumuladas		(68.182,78)	(9.977,27)	(14.567,62)	(92.727,67)	(91.477,49)
TOTAL DO ATIVO		17.251.240,00	3.339.773,23	102.936.386,12	123.527.399,35	119.896.321,01

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)


Maria José Barbosa dos Santos
Presidente
CPF/MF 459.147.371-68


Sandro Gabriel da Silva Kaiber
Contador
CRC PR 045.891/D-1

ASSOCIAÇÃO BENEDITINA DA PROVIDÊNCIA
CNPJ 02.765.097/0001-59
Curitiba - PR
BALANÇO PATRIMONIAL (FINDOS EM 31/12/2022 E 31/12/2021)

Página 1 de 1

		(Em Reais 1)				
	Nota Explicativa	Educação Básica	Assistência Social	Mantenedora e Outras Atividades Associativas	2.022	2.021
PASSIVO						
PASSIVO CIRCULANTE		4.869.154,92	2.352.990,46	841.288,51	8.063.433,89	4.969.743,42
Fornecedores		600.759,63	8.023,95	1.481,33	610.264,91	507.343,97
Obrigações trabalhistas a pagar	9.	538.342,96	129.070,60	437.456,58	1.104.870,14	1.067.987,39
Impostos, taxas e contribuições diversas	10.	-	22,76	3.557,14	3.579,90	1.089,32
Provisão para férias e encargos	11.	836.357,00	250.639,18	140.542,70	1.227.538,88	1.170.518,92
Adiantamentos de clientes	12.	2.124.111,94	4.491,00	-	2.128.602,94	1.684.923,60
Outras obrigações	13.	719.507,97	1.826.000,06	241.379,06	2.786.887,09	524.707,73
Receitas Diferidas	14.	50.075,42	134.742,91	16.871,70	201.690,03	13.172,49
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-	11.389,97	11.389,97	-
Provisão para Contingências	15.	-	-	11.389,97	11.389,97	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.382.085,08	986.782,77	102.083.707,64	115.452.575,49	114.926.577,59
Patrimônio líquido		12.382.085,08	986.782,77	102.083.707,64	115.452.575,49	114.926.577,59
Patrimônio Social		14.794.750,74	2.054.298,63	11.602.395,85	28.451.445,22	27.335.310,31
Superavit / (Déficit) do período		2.644.639,17	(341.815,26)	(1.774.846,71)	527.977,20	1.118.114,21
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(5.057.304,83)	(725.700,60)	92.256.158,50	86.473.153,07	86.473.153,07
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.251.240,00	3.339.773,23	102.936.386,12	123.527.399,35	119.896.321,01


(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)


Maria José Barbosa dos Santos
Presidente
CPF/MF 459.147.371-68


Sandro Gabriel da Silva Kaiber
Contador
CRC PR 045.891/O-1

DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO PERÍODO (FINDO EM 31/12/2022 E 31/12/2021)
 (Em Reais 1)

	Nota Explicativa	Exercício de 2022 por Área de Atuação			2.022	2.021
		Educação Básica	Assistência Social	Mantenedora e Outras Atividades Associativas		
RECEITA COM VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS		32.837.218,80	5.916.966,42	7.379.946,43	46.134.131,65	38.444.658,20
Atividades Educacionais		32.837.218,80	-	1.242.553,90	34.079.772,70	28.629.002,62
Anuidades e mensalidades escolares - Sem restrição		28.140.068,14	-	860.000,00	29.000.068,14	24.188.845,10
Convênios e subvenções governamentais - Com restrição	20.1	413.188,89	-	-	413.188,89	497.307,39
Convênios e subvenções governamentais - Sem restrição	20.1	-	-	382.553,90	382.553,90	224.422,46
Outras receitas das unidades educacionais - Sem restrição	20.2	689.733,29	-	-	689.733,29	524.269,87
Doações e contribuições de terceiros - Sem restrição	20.3	128.104,33	-	-	128.104,33	66.541,22
Trabalho voluntário	21	509.081,08	-	-	509.081,08	508.829,58
Contribuições usufruídas	22	2.957.043,07	-	-	2.957.043,07	2.618.787,00
Atividades Assistenciais		-	5.916.966,42	-	5.916.966,42	5.624.717,25
Convênios e subvenções governamentais - Com restrição	20.4	-	2.006.048,89	-	1.712.891,76	1.636.745,04
Convênios e subvenções governamentais - Sem restrição	20.4	-	-	-	293.157,13	61.599,91
Contribuições dos asilados - Sem restrição	18.2.2	-	1.160.201,23	-	1.160.201,23	970.361,78
Doações e contribuições de terceiros - Sem restrição		-	1.600.458,36	-	1.600.458,36	1.862.613,75
Trabalho voluntário	21	-	450.792,07	-	450.792,07	487.070,71
Contribuições usufruídas	22	-	699.465,87	-	699.465,87	606.326,06
Atividades Mantenedora		-	-	6.137.392,53	6.137.392,53	4.190.938,33
Receitas Eventuais - Sem restrição		-	-	302.047,11	302.047,11	229.796,90
Doações e contribuições de terceiros - Sem restrição		-	-	3.513.053,28	3.513.053,28	2.869.342,62
Trabalho voluntário	21	-	-	704.524,47	704.524,47	779.545,66
Contribuições usufruídas	22	-	-	390.767,67	390.767,67	312.253,15
Doação de ativo imobilizado - Sem restrição		-	-	1.227.000,00	1.227.000,00	-
DEDUÇÕES DAS RECEITAS		(5.748.074,66)	(3.783,37)	(860.000,00)	(6.611.858,03)	(5.052.302,23)
(-) Cancelamentos e Devoluções		(17.314,90)	-	-	(17.314,90)	(28.029,33)
(-) Bolsas de Estudos Parciais (50%) - LC 187/2021	18.3	(136.133,37)	-	-	(136.133,37)	(152.939,50)
(-) Bolsas de Estudos Integrais (100%) - LC 187/2021	18.3	(2.495.736,86)	-	(661.600,00)	(3.157.336,86)	(2.886.378,85)
(-) Bolsas por convenção coletiva		(1.390.153,40)	-	-	(1.390.153,40)	(1.009.520,68)
(-) Descontos comerciais		(1.708.736,13)	-	(198.400,00)	(1.907.136,13)	(975.433,87)
(-) Glosas e devoluções em Atividades de Assistência Social		-	(3.783,37)	-	(3.783,37)	-

Oliver 

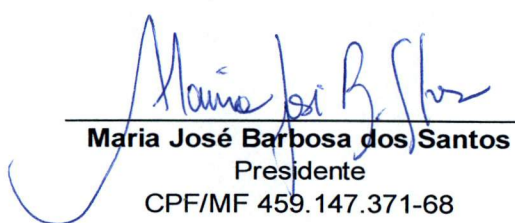
DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO PERÍODO (FINDO EM 31/12/2022 E 31/12/2021)
 (Em Reais 1)

Nota Explicativa	Exercício de 2022 por Área de Atuação			2.022	2.021
	Educação Básica	Assistência Social	Mantenedora e Outras Atividades Associativas		
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	27.089.144,14	5.913.183,05	6.519.946,43	39.522.273,62	33.392.355,97
CUSTOS DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS	(25.640.517,29)	(6.277.999,26)	(5.447.305,80)	(37.365.822,35)	(32.926.172,96)
Custos com Serviços em Atividades Educacionais	(21.651.233,52)	-	(536.435,50)	(22.187.669,02)	(19.471.093,93)
Pessoal e encargos	(13.719.528,29)	-	(534.982,50)	(14.254.510,79)	(12.276.423,55)
Gastos gerais e materiais de uso e consumo	(4.046.799,72)	-	(1.453,00)	(4.048.252,72)	(3.686.219,99)
Depreciações e amortizações	(418.781,36)	-	-	(418.781,36)	(380.833,81)
Trabalho voluntário	21 (509.081,08)	-	-	(509.081,08)	(508.829,58)
Contribuições usufruídas	22 (2.957.043,07)	-	-	(2.957.043,07)	(2.618.787,00)
Custos com Serviços em Atividades Assistenciais	18.2 -	(6.277.999,26)	(398.022,70)	(6.676.021,96)	(5.960.992,07)
Pessoal e encargos	-	(3.228.691,11)	(235.022,38)	(3.463.713,49)	(2.980.042,56)
Gastos gerais e materiais de uso e consumo	-	(1.681.601,48)	(163.000,32)	(1.844.601,80)	(1.671.286,39)
Depreciações e amortizações	-	(217.448,73)	-	(217.448,73)	(216.266,35)
Trabalho voluntário	21 -	(450.792,07)	-	(450.792,07)	(487.070,71)
Contribuições usufruídas	22 -	(699.465,87)	-	(699.465,87)	(606.326,06)
Custos com Atividades Mantenedora	(3.989.283,77)	-	(4.512.847,60)	(8.502.131,37)	(7.494.086,96)
Pessoal e encargos	(3.989.283,77)	-	(1.175.790,77)	(5.165.074,54)	(4.591.614,67)
Gastos gerais e materiais de uso e consumo	-	-	(1.101.025,75)	(1.101.025,75)	(655.323,10)
Depreciações e amortizações	-	-	(1.140.738,94)	(1.140.738,94)	(1.155.350,38)
Trabalho voluntário	21 -	-	(704.524,47)	(704.524,47)	(779.545,66)
Contribuições usufruídas	22 -	-	(390.767,67)	(390.767,67)	(312.253,15)
SUPERÁVIT / (DÉFICIT) OPERACIONAL BRUTO	1.448.626,85	(364.816,21)	1.072.640,63	2.156.451,27	466.183,01

DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO PERÍODO (FINDO EM 31/12/2022 E 31/12/2021)
 (Em Reais 1)

Nota Explicativa	Exercício de 2022 por Área de Atuação			2.022	2.021
	Educação Básica	Assistência Social	Mantenedora e Outras Atividades Associativas		
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	(11.844,85)	(8.519,89)	(4.134.505,11)	(4.154.869,85)	(22.671,56)
Despesas Operacionais	(17.276,91)	(9.054,02)	(4.216.372,71)	(4.242.703,64)	(66.317,98)
Despesas tributárias	(16.788,21)	(8.610,98)	(14.307,35)	(39.706,54)	(57.147,82)
Outras despesas operacionais	3-o (488,70)	(443,04)	(4.202.065,36)	(4.202.997,10)	(9.170,16)
Outras receitas operacionais	3-p 5.432,06	534,13	81.867,60	87.833,79	43.646,42
SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO PERÍODO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS	1.436.782,00	(373.336,10)	(3.061.864,48)	(1.998.418,58)	443.511,45
Despesas e Receitas Financeiras	1.207.857,17	31.520,84	1.287.017,77	2.526.395,78	674.602,76
Despesas Financeiras	(64.897,44)	(8.514,20)	(19.054,33)	(92.465,97)	(91.400,87)
Receitas Financeiras	1.272.754,61	40.035,04	1.306.072,10	2.618.861,75	766.003,63
SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO PERÍODO	2.644.639,17	(341.815,26)	(1.774.846,71)	527.977,20	1.118.114,21

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)


Maria José Barbosa dos Santos
 Presidente
 CPF/MF 459.147.371-68


Sandro Gabriel da Silva Kaiber
 Contador
 CRC PR 045.891/O-1

ASSOCIAÇÃO BENEDITINA DA PROVIDÊNCIA
 CNPJ 02.765.097/0001-59
 Curitiba - PR

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (FINDOS EM 31/12/2022 E 31/12/2021)
 (Em Reais 1)

CONTA DESCRIÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido
	Superávits e Déficits Acumulados	Superávit ou Déficit do Período	Ajuste de Avaliação Patrimonial	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	26.225.196,66	1.089.605,99	86.473.153,07	113.787.955,72
Transferência para Patrimônio Social	1.089.605,99	(1.089.605,99)	-	-
Ajustes Períodos Anteriores	20.507,66	-	-	20.507,66
Superávit do Período	-	1.118.114,21	-	1.118.114,21
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	27.335.310,31	1.118.114,21	86.473.153,07	114.926.577,59
Transferência para Patrimônio Social	1.118.114,21	(1.118.114,21)	-	-
Ajustes Períodos Anteriores	(1.979,30)	-	-	(1.979,30)
Superávit do Período	-	527.977,20	-	527.977,20
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	28.451.445,22	527.977,20	86.473.153,07	115.452.575,49

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)


Maria José Barbosa dos Santos
 Presidente
 CPF/MF 459.147.371-68


Sandro Gabriel da Silva Kaiber
 Contador
 CRC PR 045.891/O-1

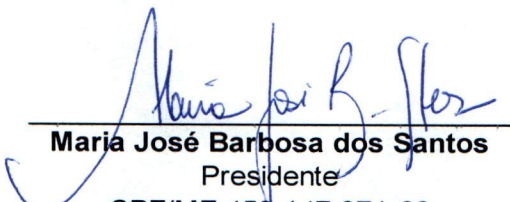
ASSOCIAÇÃO BENEDITINA DA PROVIDÊNCIA
CNPJ 02.765.097/0001-59
Curitiba - PR

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (FINDOS EM 31/12/2022 E 31/12/2021) - MÉTODO INDIRETO

(Em Reais 1)

	2.022	2.021
1 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.237.437,52	3.844.789,31
Resultado líquido ajustado	2.151.221,51	2.685.956,57
Superávit do período	527.977,20	1.118.114,21
Ajustes		
Depreciações e amortizações	1.776.969,03	1.752.450,54
Baixas e ajustes do ativo imobilizado	(84.633,76)	(35.504,53)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(67.111,66)	(169.611,31)
Ajustes de Exercício Anterior	(1.979,30)	20.507,66
Acréscimos / Decréscimos do ativo circulante	(2.018.864,43)	412.417,19
Contas a receber de clientes	(21.671,67)	618.766,72
Outras contas a receber	(1.973.919,95)	(180.507,17)
Outras contas a receber de longo prazo (não circulante)	(23.272,81)	(25.842,36)
Acréscimos / Decréscimos do passivo circulante	3.105.080,44	746.415,55
Fornecedores	102.920,94	503.131,82
Salários e ordenados a pagar	36.882,75	234.429,67
Impostos, taxas e contribuições diversas	2.490,58	(1.719,66)
Provisão para férias e encargos	57.019,96	290.036,55
Adiantamentos de clientes	443.679,34	63.609,52
Provisão para contingências judiciais	11.389,97	(5.696,53)
Outras contas a pagar	2.450.696,90	(337.375,82)
2 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	289.694,54	(549.880,84)
Variação por Aquisições e Alienações do imobilizado	(3.923.906,62)	(539.204,96)
Baixas do imobilizado	41.464,56	357,92
Baixas do imobilizado por doação	4.172.136,60	-
Variação por Aquisições e Alienações do intangível	-	(11.033,80)
4 - VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO PERÍODO	3.527.132,06	3.294.908,47
5 - RESUMO		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	20.408.333,79	17.113.425,32
Variação do caixa e equivalentes de caixa no período	3.527.132,06	3.294.908,47
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	23.935.465,85	20.408.333,79

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)


Maria José Barbosa dos Santos
 Presidente

CPF/MF 459.147.371-68


Sandro Gabriel da Silva Kaiber
 Contador

CRC PR 045.891/O-1

ASSOCIAÇÃO BENEDITINA DA PROVIDÊNCIA – ABENP

CNPJ: 02.765.097/0001-59

Curitiba - PR

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021**

(Valores expressos em R\$ 1)

1. Contexto Operacional

A ASSOCIAÇÃO BENEDITINA DA PROVIDÊNCIA – ABENP, com Sede na Rua Prefeito Ângelo Ferrário Lopes, 2124 – Bairro Hugo Lange – 80.040-252 – Curitiba – PR e Foro nesta mesma Cidade, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o número 02.765.097/0001-59, com Estatuto Registrado sob o número 13.221 e Microfilmado sob o número 898.293, em 07 de janeiro de 2004, do Livro “A” do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas – 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba – PR é pessoa jurídica de direito privado, de natureza civil, sob a forma de associação beneficente, sem finalidade econômica, de caráter eminentemente filantrópico.

A ABENP foi fundada em 15 de agosto de 1961, na Cidade de Anicuns – Estado de Goiás, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social sob o número 012.679/67, de 15 de abril de 1968; reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei número 8.355, de 22 de dezembro de 1993, alterada pela Lei Municipal n.º 11.104, de 17 de agosto de 2004; de Utilidade Pública Estadual pela Lei Municipal número 11.118, de 30 de junho de 1995, alterada pela Lei Estadual n.º 14.248, de 27 de novembro de 2003; de Utilidade Pública Federal pelo Decreto número 97.069, de 18 de novembro de 1988; portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, expedido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, através da portaria nº 325 de 06/06/2012, com prorrogação da validade através da Portaria nº 158 de 13/11/2013; portadora do Registro no Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS de Curitiba sob o número 60; registrado no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba – COMTIBA sob o número 136; portadora da Declaração de Registro da Entidade Social Mantenedora, expedida pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Paraná, sob o número 1010-00, em 07 de janeiro de 2016; com Alvará de Funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal de Curitiba sob o número 1.246.695. Para a realização de seus objetivos estatutários, a ABENP congrega e mantém Entidades Mantidas, as quais atendem a população carente em vários setores, nos seguintes estados: Paraná, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso.

A renovação do CEBAS – Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social se encontra em processo de análise perante o Ministério da Educação – MEC através do protocolo nº 23000030756202031, de 07/12/2020, referente ao período de 01/01/2018 a 31/12/2020.

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial - Princípios de Contabilidade, b) Resolução 1.409/12 - ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros; c) Resolução 1.255/09 – NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas; d) Resoluções 1.185/09 e 1.376/11 - NBC TG 26 – R5 –

uf
P. 1557

Apresentação das Demonstrações Contábeis; e Resolução 1.374/11 - NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação das Demonstrações Contábeis, com a Legislação Societária, e com os atos homologados pelos órgãos reguladores, e as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais 1 - unidades de moeda brasileira – e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB).

3. Principais políticas contábeis adotadas

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis ressaltamos:

a) Receitas, custos e despesas

As receitas, custos e despesas da entidade se encontram registradas a valores originais e de acordo com o princípio da competência.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão reconhecidas pelo valor nominal aplicado, acrescido dos rendimentos calculados até a data do balanço.

c) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

Foram calculadas para fazer frente às perdas do contas a receber considerados incobráveis ou de difícil realização, com vencimentos a partir de 180 dias.

d) Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária, calculada até 31 de dezembro de 1995, mais valor justo nos termos da NBC TG 1000, itens 2.13 e 2.14 para Imóveis e Veículos, ajustados por depreciações e amortizações acumuladas calculadas de acordo com a revisão da vida útil e valor residual dos bens, e o restante do imobilizado segue as taxas estabelecidas de acordo com a legislação tributária.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, buscando atender as normas da IFRS – *International Financial Reporting Standards*, emitiu o CPC-27 com o objetivo de estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações. Os principais pontos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são: o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidos em relação a estes. Nos termos do item 2.13 e 2.14 da NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, a entidade contratou ao final de 2016 a empresa especializada, Patrimônio Engenharia, para proceder avaliação do valor justo dos imóveis e através de comitê especial a avaliação dos veículos.

A entidade, visando atender os pronunciamentos relativos ao assunto, adotou o valor justo como custo contábil atribuído do ativo imobilizado de seus bens imóveis que apresentavam valor contábil

substancialmente inferior ao seu valor justo. Esse procedimento foi incentivado pelo CPC, através do ICPC 10 e NBC TG 1000, sendo o entendimento da entidade que assim melhor representa a adoção das práticas contábeis.

As avaliações foram registradas em 02 de janeiro de 2017, compreendendo os terrenos e as edificações e os veículos da entidade. O ajuste a valor justo do ativo teve como contrapartida a conta do patrimônio líquido, denominada "Ajuste avaliação patrimonial". A entidade revisou, também, a vida útil de seus ativos até então adotada. Foi determinado, ainda, o valor residual dos ativos ao final de sua vida útil.

Sumário das contas objeto da avaliação e os respectivos valores (em reais):

Contas	Valor original	Valor justo	Variação
Terrenos	3.333.185	42.215.000	38.881.814
Edificações	20.180.559	59.453.000	39.272.441
Investimentos	253.119	7.056.800	6.803.681
Veículos	68.465	702.227	(633.762)
Totais	23.835.328	109.427.027	84.324.174

No ano de 2019 foi iniciado o processo de avaliação dos outros bens do ativo, assim como atualização das taxas de Edificações e Veículos. Conforme previsto, o resultado deste trabalho foi contabilizado no exercício de 2020.

Contas	Em Reais		
	Valor original	Valor justo	Variação
Móveis e utensílios	497.797,91	2.672.111,24	2.174.313,33
Máquinas e equipamentos	370.622,09	2.080.662,98	1.710.040,89
Computadores e acessórios	84.419,29	551.804,02	467.384,73
Obras de arte	49.785,00	246.698,81	196.913,81
Equipamentos de comunicação	11.771,10	7.268,17	(4.502,93)
Ferramentas e acessórios	2.737,18	-	(2.737,18)
Biblioteca	49.338,56	-	(49.338,56)
Instrumentos musicais	4.707,38	63.081,26	58.373,88
Outras imobilizações	65.894,99	-	(65.894,99)
Totais	1.137.074	5.621.626	4.484.553

Taxas de depreciação por tipo de bem de acordo com sua vida útil:

	Taxas de depreciação ao ano
Imóveis, Edificações, Instalações e Benfeitorias	1,92% a 6,67%
Móveis e Utensílios	10% a 20%
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10% a 20%
Computadores e acessórios	20% a 50%
Equipamentos de comunicação	10% a 33,33%
Ferramentas e acessórios	10%
Instrumentos musicais	10% a 20%
Veículos	8,18% a 45%

uy
P.1559

e) Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas, calculadas pela expectativa de vida útil ou pelo prazo contratual do direito de uso.

f) Outros ativos

Os demais ativos circulantes e não circulantes são registrados pelos seus valores de aquisição e, quando aplicável, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

g) Antecipação de clientes

Corresponde, basicamente, aos valores nominais de anuidades educacionais, relativas ao exercício seguinte, recebidas antecipadamente.

h) Provisões trabalhistas

Foram calculados, com base no regime de competência, observando as férias transcorridas e ainda não gozadas, num montante julgado suficiente para cobertura das obrigações com seus funcionários, apropriadas até a data de encerramento do balanço.

Foram calculadas partindo do número de dias de férias, convertidos para valor em moeda pelo salário atual de cada funcionário, acrescido dos encargos mais um terço constitucional, conforme legislação trabalhista em vigor.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

j) Provisões para contingências

Referem-se a ações cíveis e trabalhistas ajuizadas, cujo risco de perdas foi classificado como provável pelos assessores jurídicos. As ações cujo risco de perdas foi classificado como possível não são registradas.

k) Outros passivos

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, ajustados ao valor presente e acrescidos dos correspondentes encargos financeiros e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

l) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Entidade apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o superávit ou o déficit é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos, ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

m) Outros valores a receber

Referem-se a recebíveis, impostos e encargos a recuperar, cuja expectativa de realização pode exceder o período considerado como curto prazo.

n) Despesas antecipadas

Referem-se a valores de seguros a apropriar ao longo do próximo período.

o) Outras despesas operacionais

Referem-se, basicamente, a valores de multas e despesas legais. No ano de 2022 os valores dos bens do ativo imobilizado doados por ocasião do Termo firmado com o Município de Nova Veneza foram também classificados nesse grupo de despesas.

p) Outras receitas operacionais

Referem-se, basicamente, a alienações de bens do ativo imobilizado.

4. Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei nº 11.638/2007, Resolução do CFC nº 1.292/2010 que aprovou a NBC TG 01 (R4). Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Para dar suporte à avaliação e decisão da administração sobre esse tema, no ano de 2021 foi criada uma comissão interna do ativo imobilizado, com a finalidade de desenvolver trabalhos de revisão da vida útil, do valor residual e emitir opinião, devidamente fundamentada, sobre a necessidade ou não de contabilização de alguma desvalorização dos bens registrados no sistema patrimonial e contabilidade.

Os trabalhos foram conduzidos pelos gestores contábil e financeiro, com o suporte e acompanhamento das responsáveis pela secretaria e tesouraria da Associação.

WJF
P.1561

De forma sucinta, o trabalho seguiu as mesmas diretrizes dos laudos técnicos emitidos na ocasião das avaliações patrimoniais realizadas por empresas especializadas nos anos de 2017 (imóveis) e 2019 (veículos).

Para o ano de 2022 o trabalho foi repetido e, como resultado, foi emitido um relatório para uso interno, contendo as formalidades necessárias para a sua finalidade.

Concluimos que ambos os métodos e/ou critérios (pelo valor líquido de venda e valor líquido de uso) comparativos utilizados, demonstraram que o valor líquido contábil está a menor que o valor justo estimado, e por este motivo não é necessário qualquer lançamento contábil para redução dos valores contabilizados e assim não foi necessário constituir provisões para recuperação de ativo imobilizado e intangível do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

5. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos Associados

Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelas contas-correntes bancárias, pelo saldo de aplicação financeiras, contas a receber, classificados como instrumentos financeiros para negociação (caixa e equivalentes de caixa). Estão demonstrados por valores próximos aos seus valores de mercado, e estão expostos, principalmente, a riscos de mercado e de crédito, porém, nenhum indicativo de imparidade é conhecido pela Administração. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito: representa o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber de anuidades escolares e atendimentos hospitalares e outros créditos.
- b. Risco operacional: representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Entidade e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de créditos, de liquidez e de taxa de juros, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e reguladoras. O objetivo da Entidade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de déficits que inviabilizem a continuidade de suas operações.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem o caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo compostos por títulos de renda fixa e possuem liquidez imediata.

Descrição	2022	2021
	Em Reais (1)	Em Reais (1)
Caixa	88.470,85	101.455,03
Bancos c/Movimento c/Restrição	64.840,65	0,00
Bancos c/Movimento s/Restrição	102.145,50	677.630,94
Aplicações financeiras de liquidez imediata c/Restrição	722.037,78	277.074,32
Aplicações financeiras de liquidez imediata s/Restrição	22.957.971,07	19.352.173,50
Totais	23.935.465,85	20.408.333,79

7. Contas a receber de Clientes

Referem-se a valores referentes a mensalidades escolares a receber dos responsáveis financeiros pelos alunos matriculados, contratadas na forma de anuidade, porém a essência do processo é receber ao longo do exercício, em parcelas mensais.

Sobre estes valores não incidem juros e, ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Os valores considerados incobráveis são reconhecidos como perda no resultado do exercício e, sobre os valores considerados de difícil realização, constitui-se provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa, conforme o caso.

Descrição	2022	2021
	Em Reais (1)	Em Reais (1)
Mensalidades e anuidades a receber	1.608.305,14	1.586.633,47
Totais	1.608.305,14	1.586.633,47

8. Outros valores a receber

Referem-se a valores referentes a outros direitos realizáveis, cuja composição apresentamos a seguir. Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período.

Descrição	2022	2021
	Em Reais (1)	Em Reais (1)
Adiantamentos a funcionários	798.316,23	704.101,24
Adiantamentos a fornecedores	210.494,71	21.308,74
Convênios e subvenções	2.047.858,94	256.064,45
Venda de imóvel a receber	0,00	112.786,92
Alugueis a Receber	31.840,56	21.570,66
Totais	3.088.510,44	1.115.832,01

uy
P. 1563

9. Obrigações trabalhistas a pagar

Estão representadas pelos valores originais, conforme demonstrado no quadro seguinte:

Descrição	2022 Em Reais (1)	2021 Em Reais (1)
Salários e ordenados a pagar	757.803,95	682.033,75
Encargos sociais e previdenciários	347.066,19	385.953,64
Totais	1.104.870,14	1.067.987,39

10. Impostos, taxas e contribuições diversas

Descrição	2022 Em Reais (1)	2021 Em Reais (1)
IRRF retido de fornecedores	268,92	208,18
ISS retido de fornecedor	2.337,07	59,58
CSRF - Contribuições Sociais retidas na fonte	973,91	821,56
Tributos retidos a recolher	3.579,90	1.089,32

11. Provisão para férias e encargos

Descrição	2022 Em Reais (1)	2021 Em Reais (1)
Provisão p/Férias	1.136.768,89	1.084.022,46
Provisão FGTS s/ Férias	90.769,99	86.496,46
Totais	1.227.538,88	1.170.518,92

12. Adiantamentos de clientes

Refere-se, basicamente, a antecipação de anuidades escolares referentes ao próximo exercício e contribuições adiantadas pelos abrigados nos Asilos. Estão demonstradas pelo valor original:

Descrição	2022 Em Reais (1)	2021 Em Reais (1)
Mensalidades e Anuidades antecipadas	2.123.514,14	1.679.834,80
Adiantamento de Clientes	597,80	597,80
Contribuição dos Asilados	4.491,00	4.491,00
Totais	2.128.602,94	1.684.923,60

Uly
P. 1564

13. Outras obrigações

Descrição	Nota	2022	2021
		Em Reais (1)	Em Reais (1)
Cheques Emitidos a Compensar		140,00	6.506,00
Subvenções a Realizar	13.1	2.759.406,53	501.131,07
Alugueis a Receber		27.340,56	17.070,66
Totais		2.786.887,09	524.707,73

13.1 Subvenções a realizar



Descrição	2022	2021
	Em Reais (1)	Em Reais (1)
Convênio Pão e Leite	0,00	2.242,50
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho - MT	0,00	3.135,00
Prefeitura Municipal São José dos Pinhais - FMDCA	902.698,97	67.241,21
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia - MT	0,00	3.651,06
Prefeitura Municipal de Aragarças - GO	14.510,49	5.617,92
Prefeitura Água Boa - MT	54.321,55	0,00
Prefeitura Municipal de Curitiba -PR	214.038,50	33.014,30
Prefeitura Municipal de Curitiba -PR (F.A.S)	123.169,97	25.675,85
Secretaria da Justiça, Família e Trabalho - SEJUF (EDUCAÇÃO)	152.858,32	0,00
TF 270 SETASC - MT	238.243,04	0,00
Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré - PR	361.220,37	274,16
Secretaria da Justiça, Família e Trabalho - SEJUF (ASS. SOCIAL)	24,57	0,00
Prefeitura Municipal de Laguna - SC	114.981,07	157.261,99
Prefeitura Municipal de Laguna - SC (EMENDA PARLAMENTAR)	140.000,00	140.000,00
Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu - PR	443.339,68	63.017,08
Totais	2.759.406,53	501.131,07

14. Receitas diferidas

Se refere a um valor de subvenção governamental recebido para aquisição de um veículo, equipamentos de informática e móveis registrados no ativo imobilizado, cujo benefício ocorrerá em mais de um período, ao longo de sua vida útil. A receita será reconhecida pelo regime de competência em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário e confrontado com as despesas correspondentes.

15. Provisão para contingências

Em atendimento a Resolução CFC N° 1.180/09, e respaldado por documentos recebidos da Assessoria Jurídica constando os processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis que a Associação possui e a avaliação profissional



 P.1565

sobre a situação provável com suficiente segurança da perda desses valores, se confirmou que não há necessidade de constituição de provisão para contingências.

Os processos com a expectativa de perda classificados como possível, também pela Assessoria Jurídica, totalizam R\$ 7.456.619,71.

16. Patrimônio Líquido

É composto pelos valores dos superávits e déficits acumulados ao longo dos períodos, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção de suas instalações e na manutenção dos serviços prestados. Compõe o Patrimônio Líquido o Patrimônio Social, o Ajuste de Avaliação Patrimonial e sua realização mensal pela depreciação e o resultado do período.

A associação não distribui resultados, dividendos, bonificações ou parcelas de seu patrimônio sob nenhum pretexto, bem como não remunera nem concede vantagens por qualquer forma a seus diretores, associados, conselheiros, instituidores, beneméritos, benfeitores e equivalentes. Os resultados operacionais são aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, nos termos do artigo 14 do Código Tributário Nacional – CTN.

17. Receitas com doações e contribuições

As doações e contribuições estão registradas em contas de receitas operacionais ou outras receitas operacionais conforme o caso, a valores originais. As doações e contribuições são valores recebidos de terceiros, a título de colaboração por espontaneidade dos benfeitores.

18. Aplicação em Gratuidades

18.1 ÁREA DA EDUCAÇÃO

A instituição com atuação preponderante na área da Educação, nos níveis de Ensino da Educação Básica, possui Processo Seletivo de Concessão de Bolsa de Estudo CEBAS, divulgado publicamente, a fim de conceder bolsas de estudo, integral (100%) ou parcial (50%), anualmente, em atendimento a Lei Complementar n.º 187/2021.

As bolsas de estudos concedidas referem-se a anuidades escolares do período letivo de 2022 (mensalidades de janeiro a dezembro).

As bolsas de estudos são benefício de assistência educacional, concedido ao aluno mediante avaliação do perfil socioeconômico e demais critérios definidos pelo Ministério da Educação, na forma de isenção integral (100%) e parcial (50%), considerando os critérios legais na forma da Lei Complementar n.º. 187/2021.

Conforme a legislação vigente, a bolsa de estudos de 100% (integral) será concedida ao aluno, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 ½ (um e meio) salário mínimo vigente. E a bolsa de estudos de 50% (parcial) será concedida ao estudante, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários mínimos vigentes.

As bolsas de estudos são concedidas aos alunos selecionados pelo parecer técnico da Assistente Social e analisados pela Comissão Avaliadora de Bolsa de Estudos.

18.2 ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

18.2.1 Serviços de Acolhimento Institucional para Idosos e/ou pessoas com deficiência



A Associação mantém duas unidades para atendimentos a idosos, sendo uma delas denominada **ILPI Asilo Santa Isabel**, localizada na cidade de Laguna, no Estado de Santa Catarina e outra denominada **ILPI Lar da Providência**, localizada na cidade de Aragarças, no Estado de Goiás. Ambas estão devidamente inscritas nos Conselhos Municipais de Assistência Social dos respectivos municípios.

Conforme a Política Nacional da Assistência Social e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, descritos na Resolução n.º 109/2009, do Conselho Nacional de Assistência Social, estas unidades prestam atendimento na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, desenvolvendo Serviços de Acolhimento Institucional para idosos e/ou pessoas com deficiência. Além do acolhimento institucional, as unidades oportunizam atividades de lazer e recreação, exercícios físicos e assistência médica, ambulatorial, odontológicos, respeitando as determinações referentes ao atendimento de idosos constantes no Estatuto do Idoso, Lei Federal nº 10.741/2003.

Para a manutenção das unidades houve a participação dos usuários, sendo firmado contrato com o idoso ou responsável, limitado a 70% dos valores líquidos de seus benefícios, conforme previsto no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), no artigo 35, §2 da e o artigo 3º, inciso II da Resolução nº 33 de 24 de maio de 2017 do Ministério dos Direitos Humanos.

Abertura do número de atendimentos por ILPI	2022	Em 2021
ILPI Asilo Santa Isabel	33	31
ILPI Lar da Providência	71	75
Totais	104	106

Valor total dos custos do Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos por ILPI	2022 Em Reais (1)	2021 Em Reais (1)
ILPI Asilo Santa Isabel	1.524.788,08	1.312.241,01
ILPI Lar da Providência	2.045.800,16	1.849.667,73
Totais	3.570.588,24	3.161.908,74



 P. 1567

18.2.2 Contribuição dos Idosos

Trata-se do percentual de 70% sobre o benefício dos idosos abrigados, contratantes dos serviços das Instituições de Longa Permanência do Idoso – ILPI, representadas pelas unidades informadas a seguir:

Descrição	2022	2021
	Em Reais (1)	Em Reais (1)
ILPI Asilo Santa Isabel	401.648,69	275.445,00
ILPI Lar da Providência	758.552,54	694.916,78
Totais	1.160.201,23	970.361,78

18.2.3 Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (SCFV)

A Associação mantém duas unidades para atendimento de crianças e adolescentes: **Centro de Convivência Abrindo Caminhos**, localizado na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná e o **Centro de Convivência Sonha Brasil**, localizado na cidade de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso.

Trata-se de um serviço da Proteção Social Básica do SUAS, regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). Foi reordenado em 2013 por meio da Resolução CNAS nº 01/2013.

Estes serviços são ofertados de forma complementar ao trabalho social com famílias que são realizados por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).

Os Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos ofertados pela instituição possuem um caráter preventivo e proativo, direcionado para crianças e adolescentes, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais.

Os projetos de SCFV da instituição tem por objetivo garantir o direito da criança e do adolescente, do direito à convivência familiar e à proteção da família, com vistas ao enfrentamento de situações de isolamento social, enfraquecimento ou rompimento de vínculos familiares e comunitários, situações discriminatórias, além de estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários atendidos.

Abertura do número de atendimentos por Projeto	Em 2022	Em 2021
Centro de Convivência Abrindo Caminhos	89	88
Centro de Convivência Sonha Brasil	102	94
Totais	191	182

WJ



Valor total dos custos do Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (SCFV) por Projeto	2022 Em Reais (1)	2021 Em Reais (1)
Centro de Convivência Abrindo Caminhos	398.022,70	265.810,86
Centro de Convivência Sonha Brasil	775.581,05	663.072,22
Totais	1.173.603,75	928.883,08

18.2.4 Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

A instituição mantém uma unidade, **Lar Mãe Maria**, localizada na cidade de São José dos Pinhais, no Estado do Paraná, em que realiza a prestação de Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, acolhe crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, os quais são encaminhados pela Vara da Infância e da Juventude através da aplicação de Medida de Proteção Especial a favor dos mesmos.

Conforme a Política Nacional da Assistência Social e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, descritos na Resolução n.º 109/2009, do Conselho Nacional de Assistência Social, o Lar Mãe Maria presta atendimento na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, desenvolvendo Serviços de Acolhimento Institucional.

Tem por objetivo prestar atendimento de acolhimento a crianças e adolescentes, de ambos os sexos, buscando garantir a proteção integral dos seus usuários, e contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculo, a finalidade de assegurar o restabelecer vínculos familiares e o retorno ao convívio familiar ou, na impossibilidade, a colocação em família substituta.

O Lar Mãe Maria possui cinco unidades em seu espaço físico, com capacidade de atendimento total 50 (crianças e adolescentes, simultaneamente), atendendo as legislações vigentes, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente e Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento, no intuito de prestar um serviço de qualidade e compatível as demandas emergentes das crianças e adolescentes acolhidos.


Nome da Unidade	Em 2022	Em 2021
Lar Mãe Maria	100	87
Totais	100	87

Valor total dos custos do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	2022 Em Reais (1)	2021 Em Reais (1)
Lar Mãe Maria	1.931.829,97	1.870.157,18
Totais	1.931.829,97	1.870.157,18

Total Geral da Área da Assistência Social: R\$ 6.676.021,96 em 2022

Total Geral da Área da Assistência Social: R\$ 5.960.949,00 em 2021

Wey
P. 1569



No comparativo entre o total geral da assistência social informado acima (R\$ 5.960.949,00) e o custo total da assistência social registrado na DRP – Demonstração do Resultado do Período do ano de 2021 (R\$ 5.960.992,07), há uma divergência imaterial de R\$ 43,07, que se refere ao efeito contábil de baixa de ativo imobilizado de uma unidade do centro de custo de assistência social, que não mais está em operação, e terá seus saldos transferidos em definitivo para o centro de custos da Mantenedora.

18.3 Demonstração da Quantidade de Bolsas Concedidas em 2022 na Educação Básica:

Ano de 2022:

Lei Complementar 187/2021		
		CONSOLIDADO
Total de alunos matriculados (a)		2.311
Alunos bolsa integral (LC 187/2021)	Io	171
Alunos bolsa integral e com deficiência (LC 187/2021)	Id	0
Alunos bolsa integral e em tempo integral (LC 187/2021)	It	135
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ipro	0
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (LC 187/2021)	Ipg	0
Número total de alunos com bolsa integral (LC 187/2021)	I	306
Outras bolsas integrais (b)		179
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (c)		0
Alunos inadimplentes (d)		0
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	N	2.132
Alunos bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	Po	19
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ppro	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu) (LC 187/2021)	Ppg	0
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	P	19
Numero total de bolsas integrais equivalentes	B	370
Outras bolsas parciais		
Cálculo dos benefícios complementares		
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	Vbc	R\$ 0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	R\$ 3.293.470,23
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	2.311
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	R\$ 1.425,13
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares		0
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		123
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	Bc	0
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo		Art. 13
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)		Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9		Atendido

Uly
P. 1570
P. 1570

(*) Optamos por manter esse modelo de apresentação sugerido pela Portaria 15 do MEC pois, até o momento da emissão desse demonstrativo, o modelo disponibilizado pelo MEC não havia sido alterado. No entanto, cabe informar que a Entidade não mantém ensino superior atuando somente na educação básica.

Cálculo elaborado a partir da planilha eletrônica disponível no site www.mec.gov.br.

Ano de 2021:

Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013) Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017 (**)		
		CONSOLIDADO
Total de alunos matriculados (a)		2.268
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	lo	187
Alunos bolsa integral e com deficiência (Lei 12.101/2009)	ld	0
Alunos bolsa integral e em tempo integral (Lei 12.101/2009)	lt	135
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	lpro	0
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	lpg	0
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	I	322
Outras bolsas integrais (b)		97
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (c)		0
Alunos inadimplentes (d)		0
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	N	2.171
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	Po	28
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ppro	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ppg	0
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	P	28
Numero total de bolsas integrais equivalentes	B	390
Outras bolsas parciais		
Cálculo dos benefícios complementares		
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	Vbc	R\$ 0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	R\$ 0,00
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	2.268
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	R\$ 1.340,09
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares		0
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		130
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	Bc	0
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo		
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)		Art. 13 Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9		Atendido

(*) Foi utilizado o modelo da Portaria do MEC, no entanto, cabe informar que a Entidade não mantém ensino superior atuando somente na educação básica.

veij
P. 1571

Cálculo elaborado a partir da planilha eletrônica disponível no site www.mec.gov.br.

(**) A Lei Complementar 187/2021 revogou em 16/12/2021 a Lei 12.101/2009 e nós estamos cientes dessa alteração.

19. Segregação por atividade operacional



Atendendo ao disposto na legislação vigente, a entidade mantém a escrituração contábil segregada por área de atuação.

As despesas gerais e administrativas estão apresentadas nos seus respectivos centros de custos e os custos operacionais (educação, assistência social e mantenedora e outras atividades associativas) diretamente nas unidades.

20. Receitas de atividades educacionais

20.1 Convênios e subvenções governamentais

Descrição	2022 Em Reais (1)	2021 Em Reais (1)
Com restrição:		
Prefeitura de Foz do Iguaçu	286.118,32	462.780,81
Fundo da Infância e Adolescência	833,96	0,00
Furnas Centrais Elétricas	1.488,96	0,00
Termo de Fomento - Fundos de Ação Social - F.A.S.	98.087,63	32.572,63
Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social - SEDS	0,00	1.953,95
Secretaria da Justiça, Família e Trabalho - SEJUF	26.660,02	0,00
Total com restrição	413.188,89	497.307,39
Sem restrição:		
Prefeitura de Curitiba	278.335,10	52.052,38
Governo Estadual	2.038,71	28.694,80
Fundo de Ação Social de Curitiba - F.A.S.	102.180,09	49.956,08
Itaipu Binacional	0,00	93.719,20
Total sem restrição	382.553,90	224.422,46



 P. 1572.

20.2 Outras receitas educacionais

Descrição	2022 Em Reais (1)	2021 Em Reais (1)
Festas e Eventos	190.267,03	73.368,28
Bazares	19.177,57	18.413,35
Aluguel de espaços	70.228,87	42.510,25
Cantina	202.478,98	117.269,44
Recuperação de Despesas	85.322,32	174.737,70
Patrocínios	122.258,52	97.970,85
Totais	689.733,29	524.269,87

20.3 Doações e contribuições de terceiros sem restrição

Descrição	2022 Em Reais (1)	2021 Em Reais (1)
Doações Pessoa Física	24.573,00	11.223,50
Doações Pessoa Jurídica	1.000,00	11.250,95
Doações de Alimentos e Outros	102.531,33	44.066,77
Totais	128.104,33	66.541,22

20.4 Convênios e subvenções governamentais

Descrição	2022 Em Reais (1)	2021 Em Reais (1)
Com restrição:		
Prefeitura de São José dos Pinhais	1.244.694,57	1.052.461,93
Prefeitura de Almirante Tamandaré	99.355,40	183.393,74
Prefeitura de General Carneiro	0,00	1.752,55
Prefeitura de Aragarças	10.278,15	7.636,58
Prefeitura de Ribeirãozinho	0,00	13.045,00
Prefeitura de Pontal do Araguaia	0,00	5.345,25
Fundo Municipal da Criança e Adolescente - SJP	345,88	38,98
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	12.285,00	14.014,08
Prefeitura de Laguna	263.080,00	121.543,86
Prefeitura de Barra do Garças	0,00	33.300,00
Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos	0,00	204.213,07
SETASC - MT	82.852,76	0,00
Total com restrição	1.712.891,76	1.636.745,04

Uly
P.1573

Descrição	2022 Em Reais (1)	2021 Em Reais (1)
Sem restrição:		
Prefeitura de Araucária	78.165,19	26.561,02
Prefeitura de Ribeirãozinho	14.432,00	0,00
Prefeitura de Água Boa	11.179,95	0,00
Prefeitura de Pinhais	180.514,10	31.377,32
Prefeitura de Campo Magro	8.865,89	0,00
Outras subvenções municipais	0,00	3.661,57
Total sem restrição	293.157,13	61.599,91

21. Trabalho voluntário

Em atendimento a ITG 2002 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade, destinada as entidades sem finalidade de lucro, relatamos as informações dos serviços voluntários aplicados durante o período de 2022. Foram utilizados os salários base das categorias, inclusive da diretoria nomeada em assembleia pelas associadas, perfazendo o total de R\$ 1.664.397,62 e R\$ 1.775.445,95 no exercício de 2021.

22. Imunidades

Os valores dos benefícios recebidos no exercício na forma de imunidade parcial ou total da contribuição da entidade para o INSS demonstramos a seguir.


Em relação à COFINS e ao PIS, a entidade também possui imunidade, uma vez que preenche todos os requisitos da lei.

Descrição	2022 Em Reais (1)	2021 Em Reais (1)
Contribuição Previdenciária Patronal	4.047.276,61	3.537.366,21

23. Seguros

A entidade mantém seus bens móveis e imóveis segurados a valores julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas e/ou danos nos valores informados no quadro a seguir:

uy
P.1574



DESCRIÇÃO	Limites de Cobertura 2.022	Limites de Cobertura 2.021
RISCOS CORPORATIVOS		
Incêndio, raio e explosão	51.000.000,00	51.000.000,00
Vendaval, Fur, Cicl, Torn, Gran, Q.Aereo e fumaça	750.000,00	750.000,00
Danos elétricos	400.000,00	400.000,00
Roubos ou furtos qualificados	50.000,00	50.000,00
R.C. Empregador/Estabel. Ensino	240.000,00	240.000,00
Outros (equipamentos, vidros, recomposição de documentos, luminosos)	0,00	30.000,00
Demolição e Desentulho	2.550.000,00	2.050.000,00
Desmoraonamento	0,00	4.100.000,00
Despesas com instalação em novo local	2.550.000,00	2.050.000,00
Despesas fixas/Lucros Cessantes	5.000.000,00	5.000.000,00
Perda Aluguel	7.650.000,00	6.150.000,00
Tumultos/Greves e Lock-outs	5.100.000,00	4.100.000,00
Impacto Veículo Terrestre	10.200.000,00	8.200.000,00
VEÍCULOS E DANOS PESSOAIS		
Casco (frota)	100% da Fipe	100% da Fipe
Danos materiais (frota)	300.000,00	300.000,00
Danos pessoais (frota)	300.000,00	300.000,00
Danos morais	Não Contratado	Não Contratado

24. Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social

A renovação do CEBAS – Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social se encontra em processo de análise perante o Ministério da Educação – MEC através do protocolo nº 23000030756202031, de 07/12/2020, referente ao período de 01/01/2018 a 31/12/2020.

25. Ajustes de períodos anteriores

A contabilidade registrou no patrimônio líquido alguns lançamentos em decorrência da necessidade de ajustes de saldos de contas para correção de erros de contabilização de período anterior, enquadrados na NBC TG 23 – R2.

Foram feitas análises para identificar as causas, esclarecer o ocorrido e providenciar a regularização.

Os valores e as contas envolvidas estão informados no quadro a seguir:

Descrição	Lançamentos a débito	Lançamentos a crédito	Efeito
Ajuste por lançamento incorreto em conta de mensalidades a receber	1.979,30	0,00	
Divergência	1.979,30	0,00	(1.979,30)

uy
P.1575

26. Doação de ativo imobilizado da unidade Hospital São Marcos

Doação de Imóvel "ad corpus", que é parte matrícula 19.345 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma – SC para o Município de Nova Veneza, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 82.916.826/0001-60, com Sede na Travessa Oswaldo Burigo, 44, Centro, CEP: 88.865-000, Nova Veneza – SC. A fração de terreno doada compreende a área edificada do complexo do Hospital. Da mesma forma, foram também doados todos os equipamentos, móveis e utensílios que compõem o seu acervo patrimonial e contábil.

Destacamos que em 27 de abril de 2017 o Município de Nova Veneza assumiu o imóvel do Hospital São Marcos através de um Contrato de Comodato celebrado com a Doadora, passando, a partir dessa data, a deliberar livremente acerca da atividade de atendimento hospitalar.

Em 23/10/2022 foi assinado o Instrumento Particular Contrato de Doação de Bem Imóvel entre a Associação Beneditina da Providência e o Município de Nova Veneza.

O CNPJ 02.765.097/0006-63 da unidade Hospital São Marcos já está baixado desde 26/02/2018 e não havia, portanto, bens numerários, recebíveis, estoques ou passivos de natureza trabalhista para serem transferidos em favor ou responsabilidade do Município de Nova Veneza.

Todo Ativo Imobilizado alocado no Hospital foi baixado da contabilidade da ABENP através e exclusivamente da Conta 923 – Despesas Eventuais.

27. Resultado do Período após a doação de ativo imobilizado da unidade Hospital São Marcos

A doação do ativo imobilizado da unidade Hospital São Marcos impactou o resultado do período de 2022 da ABENP em R\$ 4.172.136,60, que é o saldo final da conta 923 – Despesas Eventuais.

Desta forma, excluindo-se essa operação, o resultado final da ABENP seria um Superávit de R\$ 4.700.113,80.

28. Premissa da continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram elaboradas seguindo a premissa de que a Entidade possui plena capacidade de continuidade operacional de suas atividades.

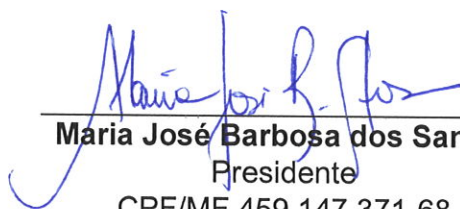
29. Eventos subsequentes

A Diretoria não tem conhecimento de qualquer evento que possa impactar de alguma forma suas atividades após o encerramento do balanço do ano de 2022 até o momento da emissão das demonstrações contábeis.

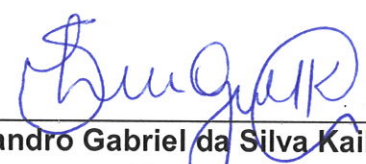
clly
P. 1576

30. Autorização para emissão das Demonstrações Contábeis

Na data de 07/04/2023 a Diretoria da ABENP aprovou e autorizou a emissão das demonstrações contábeis de 2022 comparativas ao exercício de 2021.



Maria José Barbosa dos Santos
Presidente
CPF/MF 459.147.371-68



Sandro Gabriel da Silva Kaiber
Contador
CRC PR 045.891/O-1